

George Salomão Leite

**CURSO DE DIREITO
CONSTITUCIONAL**



Rio de Janeiro

2021

1ª edição – 2021

© Copyright
George Salomão Leite

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Conselho Editorial
• *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* •
Arruda Alvim • *Cláudio Brandão* • *Floribal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* •
Mathias Coltro • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira*

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L552c

Leite, George Salomão

Curso de direito constitucional / George Salomão Leite. - 1. ed. - Rio de Janeiro:
GZ, 2021.

918 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5813-025-3

1. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

21-70708

CDU: 342(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202 – 2ª andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20010-170

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

SUMÁRIO

Prefácio (Ministro Gilmar Ferreira Mendes).....	V
---	---

CAPÍTULO I CONSTITUCIONALISMO

1. Introdução	1
2. Constitucionalismo inglês	2
3. Constitucionalismo norte-americano.....	4
4. Constitucionalismo francês	7
5. Constitucionalismo e Constituição	8

CAPÍTULO II CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

1. Conceito de Constituição	15
1.1. Considerações iniciais	15
1.2. Conceito Sociológico	16
1.3. Conceito Político	18
1.4. Conceito Jurídico	20
1.5. Conceito Estruturante	23
2. Classificação das constituições.....	25
2.1. Quanto ao conteúdo: formal e material	26
2.1.1. Constituição formal	26
2.1.2. Constituição material	27
2.2. Quanto à estabilidade ou processo de mudança: rígida, semi-rígida e flexível	28
2.2.1. Constituição rígida	28
2.2.2. Constituição semi-rígida	29
2.2.3. Constituição flexível	29
2.3. Quanto à origem: promulgada e outorgada	30
2.3.1. Constituição promulgada	30
2.3.2. Constituição outorgada	31
2.4. Quanto à extensão: analítica e sintética	31
2.4.1. Constituição analítica	31
2.4.2. Constituição sintética	32
2.5. Quanto à forma: escrita e consuetudinária	32
2.5.1. Constituição escrita	32

2.5.2 Constituição consuetudinária	33
3. Constituição e supremacia constitucional.....	34

CAPÍTULO III

PODER CONSTITUINTE

1. Introdução	37
2. O pensamento de Emmanuel Joseph Sieyès	38
3. Tipologia do Poder Constituinte	47
3.1. Poder Constituinte Originário	47
3.1.1. Definição	47
3.1.2. Natureza	48
3.1.3. Características	49
3.1.4. Titularidade	52
3.2. Poder Constituinte Derivado	53
3.2.1. Poder Constituinte Reformador	54
3.2.1.1. Definição	55
3.2.1.2. Modo de exercício	57
3.2.1.2. Natureza	58
3.2.1.3. Características	58
3.2.1.4. Limitações constitucionais	59
3.2.1.4.1. Limitações expressas	59
3.2.1.4.1.1. Limitações formais	60
3.2.1.4.1.2. Limitações materiais	61
3.2.1.4.1.3. Limitações circunstanciais	62
3.2.1.4.1.4. Limitações temporais	63
3.2.1.4.1.5. Limitações implícitas	64
3.2.2. Poder Constituinte Decorrente	67
4. A Constituição e as leis à ela anteriores	68
4.1. Relação entre Constituição nova e a Constituição anterior	69
4.1.1. Revogação	69
4.1.2. Desconstitucionalização	69
4.2. Constituição nova e legislação infraconstitucional anterior	70
4.2.1. Revogação	70
4.2.2. Recepção.	70

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Princípio republicano	75
--------------------------------	----

2. Princípio federativo	76
3. Princípio do Estado democrático de direito	78
4. Princípio da soberania	79
5. Princípio da cidadania	80
6. Princípio da dignidade da pessoa humana	82
7. Princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	84
8. Princípio do pluralismo político	86
9. Princípio da representação política	91
10. Princípio da separação dos poderes	92

CAPÍTULO V

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Evolução histórica	95
2. <i>Gerações</i> ou <i>Dimensões</i> dos Direitos Fundamentais?	108
3. Direitos fundamentais e Direitos humanos: aproximações	113
4. Características dos Direitos Fundamentais	115
5. Titularidade dos Direitos Fundamentais	117
5.1. Titularidade das pessoas físicas	118
5.2. Titularidade das pessoas jurídicas	118
5.3. Titularidade dos direitos individuais	121
5.3.1. Titularidade dos direitos políticos	123
5.4. Titularidade dos direitos sociais	124
5.5. Titularidade dos Direitos Econômicos	127
5.6. Titularidade dos Direitos Culturais	128
5.6.1. Os Conceitos de Cultura e Direito à Cultura	129
5.6.2. Cultura e cidadania	130
6. Eficácia dos direitos fundamentais	131
6.1. Dimensão subjetiva e objetiva.....	131
6.2. Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais	134
7. Limites dos direitos fundamentais	137
8. Colisão de direitos fundamentais.....	142

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE

1. Direito à liberdade	145
2. O direito à liberdade na Constituição Federal	150
3. Direito fundamental à liberdade e as pessoas com deficiência	153

4. Restrições à liberdade individual	156
5. Direito fundamental a igualdade	158
5.1. Da transição do Estado Liberal para o Estado Social de Direito	158
5.2. Direito à igualdade	161
6. Direito à integridade pessoal	168
6.1. Direito à integridade física	169
6.2. Direito à integridade psíquica	170
6.3. Direito à integridade moral	172
6.4. Da vedação à tortura	172
7. Liberdade de pensamento e de expressão	192
7.1. A liberdade de pensamento na CF	195
8. Liberdade Religiosa	215
9. Liberdade de Culto	221
10. Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	224
11. Liberdade de comunicação	229
11.1. Liberdade de comunicação e sigilo de dados e correspondência	229
12. Liberdade de informação	231
13. Direito fundamental à intimidade, vida privada, honra e imagem	233
13.1. Direito à honra	236
13.2. Direito à imagem	237
13.3. Dano moral	238
14. Da inviolabilidade do domicílio	239
15. Liberdade de exercício profissional	244
16. Liberdade de Reunião e de Associação	246
17. Direito de Propriedade	249
17.1. Da função social da propriedade	251
17.2. Das restrições ao direito de propriedade	258
17.3. Garantias do titular do direito de propriedade	269
18. Direito de herança	269
19. Direito de Petição e Direito a receber certidões	271
20. Dever Fundamental de Solidariedade.	272

CAPÍTULO VII DOS DIREITOS POLÍTICOS

1. Direitos Políticos	277
2. Plebiscito, referendo e iniciativa popular	278
3. Os Direitos Políticos positivos e negativos	281

4. Os Direitos Políticos na Constituição Federal	281
4.1. Das condições de elegibilidade, perda e suspensão dos direitos políticos.	284

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS SOCIAIS EM ESPÉCIE

1. Direito ao trabalho: natureza e definição	287
2. Proteção e garantia do emprego	290
3. Das diversas espécies de salário e remuneração	291
4. Participação nos lucros.....	295
5. Duração do trabalho, repouso, férias e licenças	295
6. Aviso prévio	297
7. Saúde	297
8. Prazos prescricionais	299
9. A igualdade nas relações de trabalho	299
10. Trabalho como qualificação social	300
11. Dos trabalhadores domésticos	300
12. Direitos associativos	301
13. Direito de greve	302
14. A representação não-sindical dos empregados.....	304

CAPÍTULO IX

DA NACIONALIDADE

1. Da nacionalidade: conceito.....	305
2. Dos tipos de nacionalidade	306
3. Da nacionalidade na Constituição Federal.....	307
3.1 Dos brasileiros natos	307
3.2 Dos brasileiros naturalizados	308
4. Da perda da nacionalidade	310
5. Da igualdade entre portugueses e brasileiros.	311

CAPÍTULO X

DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS

1. Introdução	313
2. Princípios constitucionais processuais	315
2.1. Princípio da independência da Poder Judiciário	315
2.2. Devido processo legal	318
2.3 Juiz Natural	321

2.4. Promotor natural	322
2.5. Inafastabilidade da tutela jurisdicional	324
2.6. Proibição de provas ilícitas	326
2.7. Contraditório e ampla defesa	332
2.8. Publicidade	334
2.9. Motivação das decisões judiciais	335
2.10. Duplo grau de jurisdição	336
2.11. Duração razoável do processo	340
2.12. Presunção de inocência	343
2.13. Do tribunal do júri.....	352
2.14. Da garantia da legalidade, anterioridade e irretroatividade da lei penal.....	354

CAPÍTULO XI

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

1. Garantias constitucionais	355
2. Ação Popular	358
2.1. Fundamento constitucional	358
2.2. Legitimidade ativa	358
2.3. Legitimidade passiva	360
2.4. Objeto	360
2.5. Competência	360
2.6. Da sentença	360
3. Ação Civil Pública	361
3.1. Fundamento constitucional	361
3.2. Legitimidade ativa	361
3.3. Legitimidade passiva	361
3.4. Objeto	361
3.5. Competência	362
3.6. Da sentença	362
4. Do Mandado de Injunção	362
4.1. Fundamento constitucional	362
4.2. Integração normativa	364
4.3. Objeto	364
4.4. Legitimidade ativa e passiva	364
4.5. Procedimento	365
4.6. Decisão de mérito	365
5. Mandado de Segurança	368

5.1. Fundamento constitucional	369
5.2. Objeto	369
5.3. Prazo para impetração.....	370
5.4. Legitimidade ativa	370
5.5. Autoridade coatora	371
5.6. Procedimento	371
5.7. Do mérito	372
5.8. Do mandado de segurança coletivo	372
6. Habeas corpus	373
6.1. Objeto	373
6.2. Legitimidade ativa	374
6.3. Legitimidade passiva	374
6.4. Procedimento e decisão de mérito	374
7. Habeas data	375
7.1. Objeto	376
7.2. Legitimidade ativa	376
7.3. Legitimidade passiva	376
7.4. Procedimento e decisão de mérito.....	377

CAPÍTULO XII

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

1. Interpretação Jurídica: noções iniciais	379
2. Interpretação e Hermenêutica	391
3. Os intérpretes da Constituição	395
3.1. Interpretação autêntica	395
3.2. Interpretação administrativa	398
3.3. Interpretação jurisdicional	399
3.4. Interpretação doutrinária	400
4. Do Método Clássico de Interpretação Jurídica	400
4.1. Elemento literal	401
4.2. Elemento histórico.....	406
4.3. Elemento Sistemático	407
4.4. Elemento Teleológico	410
5. Da Interpretação Constitucional	411
5.1. Definição	411
5.2. Fatores justificantes de uma interpretação constitucional	412
5.2.1. O fator político na Constituição	412

5.2.2. A Linguagem Constitucional	416
5.2.3. A Constituição como um sistema aberto de regras e princípios	418
5.2.4. Inicialidade fundante das normas constitucionais.....	427
6. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição	428
7. Princípios Hermenêuticos	432
7.1. Supremacia da Constituição	433
7.2. Unidade da Constituição	434
7.3. Maior efetividade possível	434
7.4. Harmonização das normas constitucionais ou concordância prática .	434
7.5. Correção funcional	435
7.6. Força normativa da Constituição	436
7.7. Princípio do efeito integrador	436
8. Finalidade e Método da Interpretação Constitucional	437
9. Dos métodos de interpretação constitucional	439
9.1. A tópica na interpretação constitucional	440
9.2. Konrad Hesse e a Interpretação Constitucional	444
9.3. A Metodica Estruturante de Friedrich Müller.....	447

CAPÍTULO XIII

EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Considerações iniciais	453
2. Eficácia	454
3. Integração normativa	455
4. Da classificação doutrinária das normas constitucionais	456
4.1. Propostas classificatórias	456
4.1.1. Direito Comparado	456
4.1.1.1. Direito norte-americano	456
4.1.1.2. Direito italiano	460
4.1.1.3. Direito Positivo Brasileiro	466
4.1.1.3.1. Constituição de 1824	466
4.1.1.3.2. Período constitucional de 1891 a 1988	478
4.2. Doutrina brasileira	483
4.2.1. José Afonso da Silva	483
4.2.1.1. Normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata	484
4.2.1.2. Normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata	486
4.2.1.3. Normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.....	488
4.2.2. Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto	491

4.2.2.1. Da integração normativa como critério de classificação das normas constitucionais	492
4.2.2.1.1. Normas de aplicação	492
4.2.2.1.1.1. Normas de aplicação irregulamentáveis	492
4.2.2.1.1.2. Normas de aplicação regulamentáveis	493
4.2.2.1.2. Normas de integração	493
4.2.2.1.2.1. Normas de integração completáveis e restringíveis	494
4.2.3. Maria Helena Diniz	494
4.2.3.1. Normas constitucionais com eficácia absoluta	494
4.2.3.2. Normas constitucionais com eficácia plena	496
4.2.3.3. Normas constitucionais com eficácia relativa restringível.....	496
4.2.3.4. Normas constitucionais com eficácia relativa completável.	497

CAPÍTULO XIV

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Esclarecimentos conceituais	499
2. Formas de Estado	501
3. Elementos característicos do Estado federal	505
3.1. Descentralização político-administrativa dos entes federativos	508
3.2. Autonomia constitucional das unidades federativas	509
3.3. Indissolubilidade do vínculo federativo	511
3.4. Rigidez constitucional	513
3.5. Representação política para formação da vontade nacional	514
3.6. Instituição de um Tribunal para dirimir conflitos entre os entes da federação	514
3.7 Repartição de receitas	521
4. Tipos de federalismo	524
4.1. Quanto à formação histórica	526
4.2. Quanto à repartição de competência entre os entes federativos	527
4.3. Quanto à concentração do poder	528
4.4. Quanto aos elementos predominantes no Estado.....	528
5. A Organização do Estado na Constituição Federal de 1988	528
5.1. A União	531
5.1.1. Bens da União	533

5.2. Os Estados-membros	534
5.2.1. Auto-organização estadual: poder constituinte decorrente e Constituição estadual	535
5.2.2. Auto-governo	541
5.2.3. Auto-administração	542
5.3. Os Municípios	542
5.4. O Distrito Federal	546
5.5. Territórios	549
6. Formação e mudança dos Estados	550
6.1. Procedimento	552
7. Formação e mudança dos Municípios	554
8. A repartição de competências na Constituição de 1988	557
8.1. O princípio da “predominância do interesse”	559
8.2. Classificação das competências	559
8.2.1. Quanto à forma	560
8.2.2. Quanto ao conteúdo	560
8.2.3. Quanto à extensão	560
8.2.4. Quanto à origem	561
8.2.5. Competências administrativas	561
8.2.5.1. Competência exclusiva	561
8.2.5.2. Competências comuns	564
8.2.6. Competências legislativas	565
8.2.6.1. Competência privativa da União	568
8.2.6.2. Competência residual dos Estados-membros	570
8.2.6.3. Competência concorrente	570
8.2.6.4. Competência legislativa dos Municípios	571
9. Das vedações constitucionais federativas	574
10. Da intervenção	578
10.1. Características	579
10.2. Modalidades	582
10.3. Da intervenção federal	582
10.3.1. Pressupostos materiais	582
10.3.2. Decretação da medida interventiva	583
10.3.3. Iniciativa	583
10.3.3.1. De ofício	584
10.3.3.2. Por provocação	584
10.3.3.2.1. Por solicitação	585
10.3.3.2.2. Por requisição	585

CAPÍTULO XV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. Introdução	587
2. Princípios constitucionais da Administração Pública	587
2.1. Princípio da legalidade	588
2.2. Princípio da impessoalidade	589
2.3. Princípio da moralidade	590
2.4. Princípio da publicidade	591
2.5. Princípio da eficiência	592
3. Administração Pública: estrutura organizacional	593
4. Agentes Públicos	598
4.1. Conceito	598
4.2. Classificação	600
5. Cargo, emprego e função pública	603
5.1. Acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas	603
5.2. Concurso público	605
5.2.1. Prazo de validade de concurso público	606
5.3. Cargos em comissão	606
5.4. Do provimento	607
5.4.1. Nomeação	607
5.4.2. Promoção	608
5.4.3. Readaptação	608
5.4.4. Reversão	608
5.4.5. Aproveitamento	609
5.4.6. Reintegração	609
5.4.7. Recondução	609
6. Vacância	610
7. Estabilidade, exoneração e demissão	610
8. Dos servidores públicos	612
8.1. Direitos e garantias dos servidores públicos	612
9. Remuneração dos agentes públicos.....	613

CAPÍTULO XVI

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. O termo "Poder"	616
2. Partilha do Poder	616
3. Critérios para divisão do Poder	616

4. Os três Poderes do Estado	617
5. Funções do Estado	617
5.1. Função legislativa	619
5.2. Função jurisdicional	620
5.3. Função administrativa	620
6. Do Poder Legislativo	621
6.1. Estrutura do Poder Legislativo	624
6.1.2. Do Congresso Nacional: composição	626
6.2. Da sessão legislativa	628
6.2.1. Sessão legislativa ordinária	628
6.2.2. Sessão legislativa extraordinária	628
6.2.3. Sessão legislativa preparatória	629
6.2.4. Sessão especial ou solene	630
6.2.5. Sessões ordinárias	631
6.2.6. Sessões extraordinárias	631
6.2.7. Das Sessões conjuntas do Congresso Nacional	632
6.3. Das Atribuições do Congresso Nacional	635
6.4. Das deliberações do Congresso Nacional	638
6.5. Da Câmara dos Deputados	639
6.5.1. Da Mesa Diretora	641
6.5.2. Dos Deputados Federais	650
6.6. Do Senado Federal	651
6.6.1. Da Mesa Diretora	652
6.6.2. Dos Senadores	653
6.7. Das imunidades	654
6.8. Das Comissões Parlamentares	658
6.8.1. Das Comissões Parlamentares Permanentes e Temporárias	659
6.8.1.1. Das Comissões Parlamentares de Inquérito	661
6.9. Do Processo Legislativo	663
6.9.1. Das Espécies Normativas	666
6.9.1.1. Das emendas à Constituição	667
6.9.1.2. Da lei complementar, ordinária e delegada	672
6.9.1.2.1. Iniciativa	672
6.9.1.2.1.1. Iniciativa comum	673
6.9.1.2.1.2. Iniciativa reservada	674
6.9.1.2.2. Fase constitutiva	675
7. Do Poder Executivo	682
7.1. Introdução	682

7.2. Do Presidente da República	683
7.2.1. Da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República	685
7.2.2. Da vacância do cargo	686
7.2.3. Das Atribuições do Presidente da República	687
7.2.4. Da responsabilidade do Presidente da República	688
7.3. Dos Ministros de Estado	690
7.4. Do Conselho da República	692
7.5. Do Conselho de Defesa Nacional.	693
8. Do Poder Judiciário	693
8.1. Fundamento e estrutura constitucional do Poder Judiciário	693
8.2. Integração normativa	696
8.3. Dos órgãos do Poder Judiciário	697
8.3.1. Supremo Tribunal Federal	697
8.3.2. Superior Tribunal de Justiça	701
8.3.3. Justiças Especializadas	705
8.3.3.1. Justiça do Trabalho	705
8.3.3.2. Justiça Eleitoral	707
8.3.3.3. Justiça Militar	709
8.3.4. Justiça Comum	711
8.3.4.1. Justiça Federal	712
8.3.4.2. Justiça dos Estados	715
8.4. Conselho Nacional de Justiça	717
8.5. Função e características da jurisprudência	719
8.6. Garantias judiciais	724
8.7. Das vedações aos magistrados	726
8.8. Governo e administração dos órgãos jurisdicionais.	731

CAPÍTULO XVII

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS A JUSTIÇA

1. Do Ministério Público	736
2. Da Advocacia Pública	738
3. Da Advocacia	740
4. Da Defensoria Pública	740

CAPÍTULO XVIII

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO

1. Do Direito de Necessidade Constitucional	743
---	-----

2. Do Estado de Defesa	744
2.1. Definição	744
2.2. Espécies	745
2.3. Pressupostos	745
2.4. Procedimento	745
3. Do Estado de Sítio	747
3.1. Definição	747
3.2. Espécies	747
3.3. Pressupostos	748
3.4. Procedimento	748

CAPÍTULO XIX

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS ESTATAIS

1. Da Jurisdição Constitucional	752
2. Controle de constitucionalidade: conceito e pressupostos de existência	752
3. Da supremacia constitucional	754
4. Classificação do controle de constitucionalidade	756
4.1. Quanto ao momento da fiscalização	756
4.2. Quanto ao número de órgãos incumbidos do controle de constitucionalidade	760
4.3. Quanto à natureza do órgão competente para controlar a constitucionalidade	761
4.4. Quanto à finalidade do controle	762
4.5. Quanto à (des) vinculação à um caso concreto quando de sua provocação	762
4.6. Quanto à forma de provocação do controle de constitucionalidade ..	763
5. Da inconstitucionalidade	764
5.1. Dos tipos de inconstitucionalidade	766
5.1.1. Inconstitucionalidade formal e material	767
5.1.2. Inconstitucionalidade originária ou superveniente	767
5.1.3. Inconstitucionalidade direta ou reflexa	769
5.1.4. Inconstitucionalidade por ação ou omissão	770
5.1.5. Inconstitucionalidade total ou parcial	772
6. Do controle difuso de constitucionalidade no Brasil	772
6.1. Finalidade	772
6.2. Legitimidade	772
6.3. Em qual ação, processo ou procedimento?	773

6.4. Do princípio da reserva de plenário	774
6.4.1. Do incidente de inconstitucionalidade	776
6.4.1.1. Da reserva de plenário	776
6.5. Dos efeitos da decisão judicial	779
7. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	781
7.1. Finalidade	781
7.2. Fundamento constitucional e integração normativa	781
7.3. Parâmetro	782
7.4. Objeto	782
7.5. Legitimidade ativa	783
7.6. A função do Advogado-Geral da União	784
7.7. Do Procurador-Geral da República	785
7.8. Da medida cautelar	785
7.9. Do mérito	786
7.10. Efeitos da decisão	787
8. Ação declaratória de constitucionalidade	788
8.1. Finalidade	788
8.2. Fundamento constitucional e integração normativa	788
8.3. Parâmetro	788
8.4. Objeto	789
8.5. Requisito	789
8.6. Legitimidade ativa	790
8.7. Do Procurador-Geral da República	790
8.8. Da medida cautelar	790
8.9. Do mérito	791
9. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF	792
9.1. Finalidade	792
9.2. Fundamento constitucional e integração normativa	792
9.3. Parâmetro	792
9.4. Legitimidade ativa	794
9.5. Objeto	794
9.6. Do Procurador-Geral da República	796
9.7. Da medida cautelar	796
9.8. Do mérito	797
10. Das técnicas decisórias em sede de controle de constitucionalidade	797
10.1. Interpretação conforme à constituição	798
10.2. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	800

10.3. Apelo ao legislador	801
---------------------------------	-----

CAPÍTULO XX

DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1. Do Sistema Constitucional Tributário	803
1.1. Dos princípios constitucionais tributários	804
1.1.1. Princípio da legalidade tributária	805
1.1.2. Princípio da igualdade tributária	810
1.1.3. Princípio da capacidade contributiva	811
1.1.4. Princípio da anterioridade	812
1.1.5. Princípio da irretroatividade	814
1.1.6. Princípio da vedação do confisco	815
2. Da classificação dos tributos	817
2.1. Da hipótese de incidência tributária como critério classificatório	817
2.1.1. Tributos vinculados	822
2.1.2. Tributos não vinculados	825
3. Das imunidades tributárias	826
3.1. Imunidade recíproca	829
3.2. Imunidade sobre templos de qualquer culto	830
3.3. Imunidades dos partidos políticos, das instituições educacionais e assistenciais	831
3.4. Imunidades sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	832
3.5. Imunidades sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil	834
3.6. Imunidades de taxas e de contribuições	834
4. Da Competência Tributária	835
4.1. Características da Competência Tributária	836
4.2. Competência Tributária da União Federal	838
4.2.1. Imposto de importação de produtos estrangeiros	839
4.2.2. Imposto de exportação	839
4.2.3. Imposto sobre produtos industrializados	839
4.2.4. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza ...	840
4.2.5. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	841
4.2.6. Imposto sobre a propriedade territorial rural	841
4.2.7. Imposto sobre grandes fortunas	842
4.3. Competência tributária dos Estados e do Distrito Federal	842

4.3.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos	843
4.3.2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços	843
4.3.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	846
4.4. Competência tributária dos Municípios	846
4.4.1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	846
4.4.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis e de direitos a ele relativos	847
4.4.3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza.	848

CAPÍTULO XXI

DA ORDEM ECONÔMICA

1. Da Constituição Econômica	849
2. Princípios do Direito Constitucional Econômico	851
3. Princípios de funcionamento	852
3.1. Soberania nacional	852
3.2. Propriedade privada	853
3.3. Livre concorrência e defesa do consumidor	854
3.4. Defesa do meio ambiente	855
4. Princípios-fins	856
4.1. Redução das desigualdades regionais e sociais	856
4.2. Busca do pleno emprego: existência digna para todos	857
4.3. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte	857
5. Da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.784/19)	858
5.1. Dos critérios de interpretação e aplicação	860
5.2. Competência concorrente	861
5.3. Dos princípios vetores e direito de liberdade econômica	862
5.4. Deveres da Administração Pública	863

CAPÍTULO XXII

DA SEGURIDADE SOCIAL

1. Da estrutura da Seguridade Social	866
2. Princípios Constitucionais	867
2.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	867
2.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	868

2.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	869
2.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	870
2.5. Equidade na forma de participação no custeio	870
2.6. Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social	870
2.7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados	871
3. Da Saúde	871
4. Da Previdência Social	874
4.1. Das Prestações (benefícios) previdenciárias	875
4.2. Da aposentadoria	876
5. Assistência Social	877
Bibliografia	879